

Um contributo ao diálogo e à concórdia

José Manuel Barbosa

Publicado en Agália, 47 (Primavera 1996)

A situación do galego hoje fai pensar na necesidade do diálogo civilizado entre aquelas persoas e colectivos que tradicionalmente se preocupan pola normalización do noso idioma nacional, despois duns anos 80 e 90 em que o poder do mais arteiro nacionalismo español, junto com a falta de comprensión com as novas tendencias lingüísticas, levou a ver inimigos da língua, ali onde só havia boa intención, rigor científico e valentía.

Desde as primeiras tentativas recuperadoras do galego no século XIX, os galeguistas botáron mao do que mais perto tinham, se queriam comunicar-se por escrito no idioma do país, e era a vestimenta do español que serviu durante demasiados séculos como língua de cultura para os galegos.

Começou-se a escrever num demótico que cumpria funcións de utilidade nos momentos em que o noso idioma estava longe das escolas, universidades e centros de formación, mas que valia para começar a fechar-lhe o caminho à pesada lousa da longa noite de pedra que Espanha nos fijo viver com os séculos mais obscuros e mais pretos da nossa história.

Com os primeiros galeguistas, o descubrimento da lírica medieval e as primeiras tomadas de consciência em relação à nossa língua surgíron as primeiras posições divergentes, relativas ao caminho que devia colher o galego na sua recuperação. Por umha parte os que utilizavam a ortografía “erudita, etimológica ou histórica” em palavras de Viqueira, que devia tender à adopção de grafias como o “LH” ou o “NH” e, por

outra, os que utilizavam a ortografia “popular”, também em palavras dele próprio. Assim entre “eruditos” e “populistas”, foi-se andando o caminho do galeguismo anterior à guerra espanhola, confronto do que nem Castela se pudo evadir tomando posição a favor do “acercamento até a sua confusão com o português”, como lhe manifestou epistolarmente a Sánchez Albornoz.

Claro que também havia pessoas que defendiam a ruptura definitiva do galego-português, como Aurelio Ribalta, que com o seu “libro de Konsagrazion”, defende o isolacionismo mais coerente e honrado que tenho conhecido, e até o mais galeguista, utilizando uma ortografia que não era a do espanhol, mas uma nova por ele inventada tendendo ao foneticismo, coisa a que não se atrevem os isolacionistas de hoje adoradores da satelização em favor do idioma imperial.

Pois até a guerra do 36, exceptuando algum caso concreto, o galeguismo apoiou-se fundamentalmente, e pragmaticamente, no demótico que ajudava os galegos alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua a fazer voar depois de muitos séculos a sua fala pátria. Durante a época de Franco, algum autor arriscado optou, como Guerra da Cal, pelas formas históricas galegas e a filosofia do achegamento ao galego do Sul -o mal chamado português, em palavras do grande lingüista romeno Eugénio Coseriu-, seguiu adiante defendida por vezes por personagens como Ramón Piñeiro e Ramón Lorenzo, os quais mais tarde mudariam a sua atitude para práticas mais “rendíveis”.

Morto Franco e recuperada a democracia, os primeiros governos da pré-autonomia deram-lhe à Galiza a primeira norma, a do 80, da mão do sempre grande Dom Ricardo Carvalho, norma adequada ao momento e cuja intenção era deixar aberta a porta do diálogo e a discussão entre reintegração ou ruptura. Esse momento foi o da concretização, por fim, de associações reintegracionistas aproveitando uma conjuntura de debate social, público, aconselhável e positivo, que nos levaria a todos os interessados pelo idioma ao destino de toda língua que deseje a sobrevivência: a sua normalização, assunto pelo que tanto suspiraram e lutaram não poucos galeguistas. Aquela era a ocasião onde os galegos e galeguistas, não só podiam, mas deviam optar pelo reintegracionismo, ou não, debatendo democraticamente os argumentos que tinham para defender cada um a sua posição, já que qualquer “Corpus” que surgisse, mesmo o reintegrado, ao final ao ser ensinado nas escolas botaria abaixo todo preconceito sobre a dificuldade no aprendizado.

Foi com as primeiras eleições democráticas ao parlamento galego quando, fruto da inércia e da falta de preparação, o povo galego elege a Aliança Popular como partido majoritário e responsável por formar o governo que marcaria o primeiro destino do galego desde dentro da Galiza. Pouco depois, em 1982, a jogada da adopção dumha desnecessária nova normativa, mas útil para as estratégias centralizadoras, causa confusão nalguns nacionalistas que se deixam levar, ingénuos, pelo estratagema dos descendentes de

Afonso VI, Fernando III e Isabel a Católica. O debate, por se acaso, fica abortado, impom-se a opção rupturista e dialectalizadora, à vez que o Reintegracionismo fica só, demonizado polo poder que vê nele umha ameaça, como capacitado para poder retardar ou rebentar os seus fins, polo que a censura, o ocultamento da informação, nalguns casos a perseguição, fai que escrever o galego à forma medieval seja quase delito num Estado que se autodenomina democrático e cuja constituição no artigo 14 garante a non discriminação por razóns de língua e/ou ideologia. O Reintegracionismo non pode voltar atrás, deve marcar a sua posição com firmeza e dignidade tentando evitar que os governos do PP e do PSOE levem o galego caminho da dissolução dentro do espanhol, como se de um torrom de açúcar num copo de água se tratasse. É melhor resistir con dignidade, com o conseqüente custo, que ver como o galego se dialectaliza cada vez mais a favor do agressor, sendo os galegos levados como ovelhas detrás de guias possibilistas a um beco sen saída, como se vem hoje as outrora nações Astúrias e Aragom, aves com chumbo nas asas que, quando usam as suas falas, non deixam já de usar o espanhol, embora tingido de matizes regionais.

Por outra parte, os partidos nacionalistas começam adoptando as normas do 82 seguindo o engado, até que pouco a pouco a posição firme do Reintegracionismo fai que com o tempo retomem polo menos as do 80 e mesmo as do 82 vaian admitindo algunha que outra, até agora, forma proibida e conservada ainda polo galego de Portugal. Apesar de todo, as bases nacionalistas educadas, ou melhor, mal educadas polo poder e a sociedade em que vivem, orientam a sua agressividade contra o Reintegracionismo em vez de ajudar na purificação do idioma e desmascaramento dos autênticos vampiros da língua, instalados em governos cada vez mais intransigentemente anti-galegos.

Hoje, a situação tem mudado pouco, mas tem mudado. O PP e o PSOE som os únicos partidos a defenderem o bilingüismo substitutório e a normativa do 82; o BNG e as suas organizações *ad lateres* retomam as do 80, ainda que em muitos casos persiste o despiste de ver o inimigo onde non há mais que gente comprometida positivamente com o idioma que nos dá vida como nação. O ILG resiste como pode protegido polo poder, às vezes retrocedendo e mudando “digo” onde antes dixo “Diego”. O Reintegracionismo avança socialmente, mas non o suficientemente rápido, entorpecido polos nacionalistas despistados que pensam que o futuro do nosso idioma está quebrando as raízes e indo-se com Castela, crendo que o galego coincide no seu limite sul com a fronteira traçada por um rei que o único que pretendia era repartir as suas leiras entre os seus herdeiros, e non pôr marcos nacionais. O BNG, CIG, a Mesa e outros non educam as suas bases no respeito ao Reintegracionismo, mais bem comunicam incompreensom e até agressividade, inclusive nas relações pessoais e privadas, alheias a todo acto oficial; por isso e pola ocultação a que

estamos submetidos, fai-se ver a muitos que Reintegracionismo e Isolacionismo som duas filosofias, quando menos equiparáveis quanto à validade argumental.

A polémica de todos estes anos, creio, foi tremendamente positiva, já que impediu que os responsáveis da política lingüística completassem o seu labor destrutivo, mas se algo tem sido negativo, isto é que estes aproveitassem a conjuntura para fazerem crer que os culpáveis do retrocesso do galego nom eram eles.

Temos que acrescentar que o Reintegracionismo nom só nom violenta a língua, mas opera em favor da sua reconstrução; ou acaso nom temos lido en nengum texto anterior à “doma y castración”? O outro galego é o resultado de todo isto, o galego domado e castrado fruto dum acto de violência imperial. Para além de todo isso, se se me diz que o problema é o respaldo social, entom, para que están as planificaçoms lingüísticas, usadas em quase toda a Europa? Já que até este século só havia no nosso continente um número reduzido de Estados, logicamente plurinacionais, que rebentárom por necessidade, e dos quais surgírom novas naçoms independentes, que precisárom dos “planning” para a normalização das suas línguas que em muitos casos tinham algo mais que problemas sociolingüísticos, que impediam levar adiante os seus projectos de construção nacional.

Sem ser na Europa, vem-me à mente o Estado de Israel que recuperou o hebreu depois de 2000 anos em que ninguém falava essa língua a nom ser nos rituais religiosos com uns restritos campos léxicos. Depois de vinte séculos renascêrom formas, construçoms mortas definitivamente desde que Massadá e Jerusalem foram tomadas de destruídas por Roma.

O caso Turco, cujo idioma mudou todo o seu esquema formal de tradição coránica, islámica, de grafia árabe para outro latino e ocidental na época de Kemal Ataturk. Nom era a simpleza de mudar o “Ñ” polo “NH”, mas era toda umha revolução gráfica com implicaçoms sociais, económicas, culturais e mesmo religiosas.

A língua é umha ferramenta de construção nacional; nengumha língua padrom é “o que fala o pueblo” e nengumha língua oferece problemas de aprendizado -a nom ser que seja umha língua alheia- se se leva às aulas, se se fala nos meios de comunicação e se serve como instrumento de criação artística. Todos os casos de desintegraçom lingüística na Europa solucionárom-se volvendo ao tronco e à origem, como por exemplo, o moldavo, o flamengo, etc. Só o caso galego é um caso fora do normal, onde até muitos dos mesmos nacionalistas nom reconhecem a sua língua nacional, o que nos obriga aos Reintegracionistas a existir, contra vento e maré num trabalho ingrato e generoso de consciencialização e de eliminação dentro do possível do problema sociolingüístico, enquanto os demais nom o figerem. Isto é o que realmente há, traduzido, complicando a cousa, em problema político por vontade do partido no governo desde há quinze

anos. Nom existe problema lingüístico, pois por muito que pese a muitos, todo o ocidente peninsular é umha única língua; por isso o nacionalismo tem a obriga de eliminar o problema político -sob pena de cair na suspeita de ser igual aos partidos nacionalistas espanhóis na sua vontade, consciente ou nom, glotofágica e lingüicida- para remediar posteriormente o sociolingüístico, o qual nom oferece maior dificuldade que noutros lugares da Europa ou do mundo civilizado. A ignorância, porventura, tem cura, e a medicina é a informação e a pedagogia.

Quanto ao problema normativo e à soluçom do mesmo, assim como à concórdia necessária, propomos:

1º Determinar se o galego é galego-espanhol ou galego-português; umha soluçom intermédia é cientificamente irreal, pois o galego nom é umha língua ou um *pidgin* a meio caminho entre o espanhol e o português.

2º Saber que enquanto governar um partido de vocaçom espanhola aqui o único que se vai normalizar é o espanhol e se queremos algo enxebre encherám-nos de festas gastronómicas e folclore, nunca nos ajudarám a que concordemos nem adequarám as normas ao que deve ser; portanto, valorizar desde posiçons nacionalistas o positivo da opçom Reintegracionista.

3º De governar hipoteticamente um partido de vocaçom galega e nacionalista nom caberia umha normativa de concórdia, porque muitos nom estamos dispostos a dar marcha atrás: mais bem optaríamos por umha concórdia normativa que é bem diferente.

Em que consistiria?

a. A oficialidade, a administraçom e o ensino primário utilizariam por razons práticas umha normativa provisória ou de compromisso, a qual serviria para que a administraçom se comunique com o administrado em todas as suas manifestaçons.

b. Que qualquer outra normativa, nomeadamente a reintegracionista, nom sofra nengum tipo de discriminaçom e que de forma individual o administrado poda comunicar-se com a administraçom com a que considerar oportuno.

c. No ensino primário estudar-se a norma provisoriamente oficial, mas apartir de determinados níveis dar-se a conhecer a outra possibilidade.

d. Abrir o debate, público, democrático e respeitoso sobre se devemos achegar-nos ao português, diluir-nos no espanhol ou isolar-nos, tendo em conta que esta última implicaria reinventar o galego com a conseqüente incompetência e artificialidade e a segunda implicaria a morte segura do galego.

Para além de todo isto, acrescenta-se que toda normalização, feita de forma natural, não se baseia nem se faz com uma norma única, faz-se com múltiplas formas a concorrerem e das quais uma, com o tempo, prevalece sobre as outras por consenso social, não “manu militari”, daí o fundamental critério de amplitude de uma norma e da necessidade de pluralidade das propostas. Que alguém diz que há que seguir com uma norma única para competir com o espanhol? A isso responde-se que uma norma isolacionista não compete com o espanhol, mais bem colabora; e caminhar passo a passo para a reintegração é um necessário esforço e gasto positivo de energias para solucionar o problema sociolingüístico, que todos reconhecemos, para erguer-se da prostração de séculos, e poder, por fim, colocar o espanhol, no seu sítio, isto é, na meseta.

Mugia 1996